



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

CONCURSO PÚBLICO | PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EVOLUTIVA E CORRETIVA E
DESENVOLVIMENTO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DA DIREÇÃO REGIONAL
DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO E FUNDO REGIONAL DO
EMPREGO**



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento reveste a forma de concurso público com publicidade internacional e tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção evolutiva e corretiva e desenvolvimento das plataformas digitais da Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego e Fundo Regional do Emprego, em conformidade com as especificações constantes do Caderno de Encargos.

ARTIGO 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE E REPRESENTANTE

1 – A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores, através da Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego (DRQPE) e do Fundo Regional do Emprego, com sede na Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro, s/n, 3.º e 4.º Piso, 9500 - 119 Ponta Delgada, telefone n.º 296 308 000 e correio eletrónico drqpe@azores.gov.pt.

2 – Por deliberação do Conselho Diretivo do Fundo Regional do Emprego e despacho da Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego, enquanto representantes das entidades indicadas no número anterior, procedeu-se à celebração de um acordo de agrupamento de entidades adjudicantes datado de 03/07/2025, nos termos do artigo 39.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, doravante CCP, atendendo a que a presente aquisição de serviços é feita no interesse de ambas entidades, tendo sido designada como representante do referido agrupamento a Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego.

ARTIGO 3.º

DECISÃO DE CONTRATAR E ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego datado de 27/06/2025, e despacho do Presidente do Conselho Diretivo do Fundo Regional do Emprego, datado de 03/07/2025, no uso das competências estabelecidas nas alíneas c) e e) do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2024/A, de 30 de dezembro, tendo sido adotado o procedimento de concurso público, com publicidade internacional, nos termos da alínea b) do artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, que aprova o Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (doravante designado pelo acrónimo RJCPRAA).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

CAPÍTULO II
PEÇAS DO PROCEDIMENTO

ARTIGO 4.º

TRAMITAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- 1 – O procedimento será tramitado na plataforma eletrónica utilizada pelas entidades adjudicantes, a *AcinGov*, disponível no endereço www.acingov.pt, onde serão igualmente disponibilizadas as peças do procedimento (programa do procedimento e o caderno de encargos).
- 2 – O acesso às peças do procedimento conforme previsto no número anterior será facultado aos interessados que efetuem inscrição através da plataforma eletrónica *AcinGov* no procedimento correspondente.
- 3 – O programa do procedimento e o caderno de encargos estão igualmente disponíveis para consulta, todos os dias úteis, entre as 8h30 e as 16h30, nas instalações da Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego, sitas na Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro, s/n, 4.º Piso, 9500 - 119 Ponta Delgada.

Artigo 5.º

Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento, erros e omissões do caderno de encargos

- 1 – Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 2 – No prazo referido número anterior, devem os interessados apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados nas peças do procedimento.
- 3 – Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri do procedimento, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, presta por escrito os esclarecimentos solicitados pelos interessados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final deste prazo, não sejam expressamente aceites, podendo ainda, no mesmo prazo, proceder à retificação das peças do procedimento.
- 4 – Os esclarecimentos, as retificações e as listas de erros e omissões são juntos às peças do procedimento e disponibilizados na plataforma eletrónica, sendo todos os interessados notificados imediatamente desse facto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

- 5 – Os esclarecimentos e as retificações referidos no presente artigo fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
- 6 – Todos os atos mencionados no presente artigo são praticados através da plataforma eletrónica referida no artigo anterior.

CAPÍTULO III

DOS CONCORRENTES E DAS PROPOSTAS

ARTIGO 5.º

CONCORRENTES

- 1 – Podem apresentar proposta no âmbito do presente procedimento todas as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
- 2 – Podem ser concorrentes no presente procedimento os agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por si exercida, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
- 3 – Os agrupamentos referidos no número anterior só podem concorrer se se verificar que todas as entidades que o integram se encontram regularmente constituídas de acordo com a legislação aplicável, têm as respetivas situações contributiva e tributária regularizadas e cumprem todos os requisitos de verificação obrigatória previstos no presente programa do procedimento.
- 4 – As pessoas que compõem o agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 5 – Uma entidade não pode fazer parte de mais de um agrupamento concorrente, nem pode, simultaneamente, integrar um agrupamento e concorrer individualmente.
- 6 – Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

ARTIGO 6.º

DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 1 – A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada de acordo com o Documento Europeu Único de Contratação Pública, assinada pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar os concorrentes ou, no caso de agrupamento, pelo representante comum, se tiver havido designação de um representante com poderes bastantes para o representar, ou, não existindo este, por todas as pessoas com poderes para obrigar todas as entidades que o compõem;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

- b) Proposta de preço, de acordo com o modelo que constitui o anexo I ao presente Programa do Procedimento, assinada pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar o concorrente;
 - c) Documento com a constituição da equipa técnica;
 - d) *Curriculum vitae* dos elementos da equipa técnica;
 - e) Documentos comprovativos da experiência profissional dos elementos da equipa técnica, que preencham os perfis requeridos, no desenvolvimento de plataformas web, para efeitos de avaliação no termos do artigo 12.º;
 - f) Documento comprovativo das habilitações académicas dos membros da equipa técnica exigidos no caderno de encargos;
 - g) Certidão do registo comercial atualizada ou o código de acesso online à certidão permanente;
 - h) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nas situações previstas n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, na sua redação em vigor;
 - i) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para complementar a sua proposta.
- 2 – Quando as propostas sejam apresentadas por agrupamento de concorrentes, os documentos referidos nos números anteriores devem ser assinados pelo representante comum das entidades que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 3 – Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
- 4 – Os documentos anteriormente referidos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e devem ser assinados eletronicamente pelo proponente, seu representante legal ou por quem tenha poderes para obrigar o concorrente.
- 5 – Os documentos a que se referem o n.º 1 devem ser apresentados em formato *pdf* e de forma individual, não podendo ser apresentados de forma compactada (ex. formato ZIP).
- 6 – O preço constante da proposta é indicado em algarismos e não inclui o IVA.

ARTIGO 7.º

PREÇO BASE

- 1 – O preço base para efeitos do presente concurso é de € 504.000,00 (quinhentos e quatro mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo sido obtido nos termos constantes do caderno de encargos.
- 2 – O preço constante das propostas não inclui IVA e deve ser indicado em euros, por extenso e em algarismos, com o máximo de duas casas decimais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

- 3 – Em caso de divergência, os preços indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 4 – Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os mais decompostos.

ARTIGO 8.º

PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 1 – Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica AcinGov **até às 23 horas e 59 minutos (hora de Portugal Continental) do trigésimo (30.º) dia**, a contar da data do envio, para publicação, do anúncio previsto no artigo 28.º do RJCPRAA, nos termos do n.º 1 do artigo 136.º do CCP.
- 2 – A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio através da plataforma.
- 3 – Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referida no n.º 1 do presente artigo.
- 4 – Não são aceites propostas entregues por qualquer outro meio que não a plataforma eletrónica.
- 5 – Os prazos fixados para a apresentação de propostas são contínuos, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.
- 6 – Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 1 do artigo 7.º devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

ARTIGO 9.º

PRAZO MÍNIMO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O prazo mínimo de obrigação de manutenção da proposta é de **120 (cento e vinte) dias**.

ARTIGO 10.º

PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes e/ou com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

ARTIGO 11.º

NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

CAPÍTULO IV

ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 12.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

O critério de adjudicação adotado é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, sendo determinado pela apreciação dos fatores e subfatores a seguir indicados, acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação:

A – Densificação do fator “Preço” (K1) (80%):

Da avaliação do fator preço resulta uma pontuação compreendida entre um valor mínimo de 0 (zero) e um máximo de 20 (vinte), de acordo com a seguinte fórmula:

$$K1 = \frac{(Pb - Pp)}{Pb} \times 20$$

Em que:

Pp = preço da proposta objeto de avaliação;

Pb = preço base do procedimento.

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

B – Densificação do fator “qualidade técnica da proposta” (K2) (20%) e respetiva pontuação parcial:

Para a avaliação deste fator será analisada a experiência dos elementos da equipa técnica, que preenchem os perfis exigidos, de modo a garantir a qualidade na sua execução, de acordo com o descritor abaixo indicado com uma escala de valores própria. Dos valores atribuídos no referido descritor resulta uma pontuação compreendida entre um valor mínimo 0 (zero) e um máximo de 20 (vinte), de acordo com a seguinte fórmula:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

$$K2 = K2.1 + K2.2 + K2.3 + K2.4 + K2.5 + K2.6$$

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

| K2. Experiência profissional dos elementos da equipa técnica no desenvolvimento de plataformas web | |
|--|---|
| K2.1 - Experiência profissional do gestor de projeto no desenvolvimento de plataformas web | |
| Gestor de projeto com experiência profissional comprovada em 10 ou mais projetos de desenvolvimento de plataformas web | 5 |
| Gestor de projeto com experiência profissional comprovada em 7 a 9 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 3 |
| Gestor de projeto com experiência profissional comprovada em 4 a 6 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 2 |
| Gestor de projeto com experiência profissional comprovada em 1 a 3 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 1 |
| Gestor de projeto sem experiência profissional comprovada em projetos de desenvolvimento de plataformas web | 0 |

| K2.2 - Experiência profissional do Programador Full-Stack em Open Source, com experiência em Python/Django, no desenvolvimento de plataformas web | |
|---|-----|
| Programador Full-Stack em Open Source, com experiência em Python/Django, com experiência profissional comprovada em 10 ou mais projetos de desenvolvimento de plataformas web | 3 |
| Programador Full-Stack em Open Source, com experiência em Python/Django, com experiência profissional comprovada em 7 a 9 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 1,5 |
| Programador Full-Stack em Open Source, com experiência em Python/Django, com experiência profissional comprovada em 4 a 6 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 1 |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

| | |
|--|-----|
| Programador Full-Stack em Open Source, com experiência em Python/Django, com experiência profissional comprovada em 1 a 3 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 0,5 |
| Programador Full-Stack em Open Source, com experiência em Python/Django, sem experiência profissional comprovada em projetos de desenvolvimento de plataformas web | 0 |

| K2.3 - Experiência profissional do Programador Full-Stack em Open Source, com experiência em PHP, no desenvolvimento de plataformas web | |
|---|-----|
| Programador Full-Stack em Open Source, com experiência em PHP, com experiência profissional comprovada em 10 ou mais projetos de desenvolvimento de plataformas web | 3 |
| Programador Full-Stack em Open Source, com experiência em PHP, com experiência profissional comprovada em 7 a 9 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 1,5 |
| Programador Full-Stack em Open Source, com experiência em PHP, com experiência profissional comprovada em 4 a 6 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 1 |
| Programador Full-Stack em Open Source, com experiência em PHP, com experiência profissional comprovada em 1 a 3 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 0,5 |
| Programador Full-Stack em Open Source, com experiência em PHP, sem experiência profissional comprovada em projetos de desenvolvimento de plataformas web | 0 |

| K2.4 - Experiência profissional do Administrador de Base de Dados e Especialista em Migração de Dados, no desenvolvimento de plataformas web | |
|--|-----|
| Administrador de Base de Dados e Especialista em Migração de Dados, com experiência profissional comprovada em 10 ou mais projetos de desenvolvimento de plataformas web | 3 |
| Administrador de Base de Dados e Especialista em Migração de Dados, com experiência profissional comprovada em 7 a 9 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 1,5 |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

| | |
|---|-----|
| Administrador de Base de Dados e Especialista em Migração de Dados, com experiência profissional comprovada em 4 a 6 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 1 |
| Administrador de Base de Dados e Especialista em Migração de Dados, com experiência profissional comprovada em 1 a 3 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 0,5 |
| Administrador de Base de Dados e Especialista em Migração de Dados, sem experiência profissional comprovada em projetos de desenvolvimento de plataformas web | 0 |

| K2.5 - Experiência profissional do Designer de UX/UI (UX/UI Designer), no desenvolvimento de plataformas web | |
|--|-----|
| Designer de UX/UI (UX/UI Designer), com experiência profissional comprovada em 10 ou mais projetos de desenvolvimento de plataformas web | 3 |
| Designer de UX/UI (UX/UI Designer), com experiência profissional comprovada em 7 a 9 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 1,5 |
| Designer de UX/UI (UX/UI Designer), com experiência profissional comprovada em 4 a 6 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 1 |
| Designer de UX/UI (UX/UI Designer), com experiência profissional comprovada em 1 a 3 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 0,5 |
| Designer de UX/UI (UX/UI Designer), sem experiência profissional comprovada em projetos de desenvolvimento de plataformas web | 0 |

| K2.6 - Experiência profissional do Engenheiro de Qualidade, no desenvolvimento de plataformas web | |
|---|-----|
| Engenheiro de Qualidade, com experiência profissional comprovada em 10 ou mais projetos de desenvolvimento de plataformas web | 3 |
| Engenheiro de Qualidade, com experiência profissional comprovada em 7 a 9 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 1,5 |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

| | |
|--|-----|
| Engenheiro de Qualidade, com experiência profissional comprovada em 4 a 6 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 1 |
| Engenheiro de Qualidade, com experiência profissional comprovada em 1 a 3 projetos de desenvolvimento de plataformas web | 0,5 |
| Engenheiro de Qualidade, sem experiência profissional comprovada em projetos de desenvolvimento de plataformas web | 0 |

A pontuação final de cada proposta é obtida através da seguinte fórmula:

$$(PF) \text{ Pontuação Final} = (K1 \times 0,8) + (K2 \times 0,2)$$

Em que:

K1 = Pontuação obtida no fator do preço da proposta;

K2 = Pontuação obtida no fator da qualidade técnica da proposta - Experiência profissional da equipa no desenvolvimento de plataformas web.

Da aplicação da fórmula anteriormente referida resulta uma pontuação global entre 0 (zero) e 20 (vinte), sendo considerada a proposta economicamente mais vantajosa aquela cuja pontuação se encontrar mais próxima do valor máximo 20 (vinte).

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

ARTIGO 13.º

CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 1 – No caso de se verificar um empate na pontuação global das propostas, será considerado como critério de desempate a melhor pontuação obtida no fator “Qualidade técnica da proposta – Experiência dos elementos da equipa técnica, que preenchem os perfis exigidos, no desenvolvimento de plataformas web”.
- 2 – Caso ainda subsista empate na pontuação global das propostas será considerado como critério de desempate a melhor pontuação obtida no fator “Preço”.
- 3 – Por último, caso o empate persista, o ordenamento dos concorrentes, para efeitos de adjudicação, é feito com recurso a sorteio, realizado pelo júri do procedimento na presença de um representante de cada um dos concorrentes empatados, sendo redigida ata a assinar por todos os intervenientes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

- 4 – Com a notificação do relatório preliminar de análise das propostas, todos os concorrentes empatados são notificados da data, hora e local da realização do sorteio, com a antecedência mínima de 5 dias úteis.
- 5 – No relatório preliminar de análise das propostas é definido o procedimento do sorteio.

ARTIGO 14.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1 – No prazo máximo de **5 (cinco) dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo do anexo III ao DLR n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro;
 - b) Documento comprovativo de que a sua situação se encontra regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - c) Documento comprovativo de que a sua situação se encontra regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, do Adjudicatário e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
- 2 – No mesmo prazo referido no ponto anterior, o adjudicatário deverá ainda apresentar o comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo, efetuado nos termos do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
- 3 – Quando haja dúvidas fundadas acerca do seu conteúdo ou autenticidade, pode ser exigida a exibição de original ou documento autenticado para conferência, no prazo de **5 (cinco) dias**.
- 4 – Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de **5 (cinco) dias úteis** para a respetiva supressão.
- 5 – O prazo para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, uma única vez, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a **5 (cinco) dias**.

ARTIGO 15.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1 – O adjudicatário deve apresentar na Plataforma Eletrónica AcinGov os documentos de habilitação referidos no artigo anterior.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

- 2 – Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 3 – Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente certificada, prevalecendo a tradução em português sobre o original em língua estrangeira, para todos os efeitos.
- 4 – O adjudicatário pode, em substituição da reprodução dos documentos referida no artigo anterior, indicar o sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 5 – Poderá ainda o adjudicatário prestar consentimento, nos termos da lei, para consulta da informação relativa a qualquer destes documentos.

ARTIGO 16.º

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTO

Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos previstos no n.º 1 do artigo 14.º do Programa do Procedimento devem ser apresentados por todos os seus membros.

ARTIGO 17.º

CONTRATO

- 1 – A minuta do contrato será aprovada pelos órgãos competentes para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação, após o que será notificada ao adjudicatário para efeitos de aceitação.
- 2 – A minuta do contrato a celebrar, e eventuais ajustamentos a que possa haver lugar nos termos do artigo 99.º do CCP, consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias** subsequentes à respetiva notificação.
- 3 – A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados da data da aceitação da minuta, ou da decisão sobre a reclamação na eventualidade de haver lugar a esta nos termos do artigo 102.º do CCP.
- 4 – As despesas ou encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

ARTIGO 18.º

CAUÇÃO

- 1 - É exigida ao adjudicatário a prestação de uma caução destinada a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

- 2 - O valor da caução é de 2% do valor da adjudicação e será prestada por depósito em dinheiro, em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário, sendo que a garantia bancária ou o seguro-caução deverão ser prestados de acordo com os modelos constantes como Anexo II a este programa do procedimento.
- 3 - O depósito em dinheiro é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada no programa do procedimento, devendo ser especificado o fim a que se destina.
- 4 - Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
- 5 - Se o adjudicatário prestar caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
- 6 - Tratando-se de seguro caução, o programa do procedimento pode exigir a apresentação de apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
- 7 - Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
- 8 - O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 19.º

ASSINATURA ELETRÓNICA E SELOS TEMPORAIS

- 1 – Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 2 – Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
- 3 – Todos os documentos submetidos na plataforma, bem como todos os atos que, nos termos do CCP, devem ser praticados dentro de um determinado prazo, são sujeitos à aposição de selos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

temporais emitidos por uma entidade certificadora credenciada para a prestação de serviços de validação cronológica, nos termos previstos no artigo 55.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

- 4 – Os certificados de assinatura eletrónica qualificada e de selos temporais são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

ARTIGO 20.º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, concorrentes ou o adjudicatário, até à assinatura do contrato objeto do presente procedimento, são realizadas exclusivamente através da plataforma prevista no artigo 4.º.

ARTIGO 21.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Ao presente procedimento é aplicável o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, conjugado com o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e pela demais legislação aplicável.

Em anexo:

Anexo I - Modelo de proposta de preço;

Anexo II - Modelo caução



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

Anexo I

Proposta de preço¹ a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento **de concurso público para a aquisição de serviços de manutenção evolutiva e corretiva e desenvolvimento das plataformas digitais da Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego e Fundo Regional do Emprego**, declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos e demais anexos, , pela quantia de _____ (euros) (por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, no prazo de ... (dias).

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data e Assinatura do Concorrente/ Representante Legal

¹O preço total a propor não poderá, em caso algum, exceder o preço base fixado no caderno de encargos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO
DIREÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO

ANEXO II

**MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/ SEGURO CAUÇÃO
(CAUÇÃO)**

O Banco _____ com sede em _____ matriculado na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o capital social de _____ presta a favor de _____, garantia bancária no valor de _____, correspondente a _____ (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a _____ (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com a _____ (entidade adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto a prestação de serviços de _____, nos termos do disposto nos n. 6 e 8 do art.º 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da _____ (entidade adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual).

Data

Assinaturas.